

Crítica Metodológica e Epistemológica de Pesquisas Contábeis Experimentais Publicadas no Brasil

Resumo

Neste artigo, analiso 17 pesquisas experimentais publicadas em periódicos brasileiros de contabilidade entre 2006 e 2015, com o intuito de desenvolver uma crítica tanto metodológica quanto epistemológica desses artigos. Primeiramente discuto as características metodológicas dos experimentos e as principais ameaças de validade que enfrentam, analisando como os artigos selecionados lidam com tais ameaças. De modo geral, esta análise evidencia uma falta de consideração sobre a validade dos construtos utilizados, uma dificuldade em se desenvolver experimentos internamente válidos e uma incapacidade de expressar confiança na aplicabilidade dos resultados a contextos que não os experimentais. Em segundo momento, comparo a perspectiva teórica positivista comum a esses artigos com concepções construcionistas das ciências sociais e os critico, tendo por base tais noções. Sustento que esses artigos são caracterizados por uma abordagem behaviorista, uma noção reificada de subjetividade, desconsideração às especificidades culturais e históricas e comprometimento axiológico com a submissão, em vez da emancipação das pessoas em relação ao controle gerencial. O artigo pretende contribuir com a literatura contábil nacional de duas maneiras: alertando sobre os desafios enfrentados na condução de desenhos experimentais adequados e mostrando como as pesquisas contábeis experimentais podem ser problemáticas sob um ponto de vista epistemológico, visando promover um debate interparadigmático que desperte uma maior consciência sobre o assunto e mais robusta consideração de tais aspectos por parte de futuros pesquisadores.

Palavras-chave: Construcionismo. Epistemologia. Experimento. Pesquisa contábil. Positivismo.

Paulo Frederico Homero Junior
Mestre em Ciências em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP e Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Contato: Av. Prof. Luciano Gualberto, 908. Cidade Universitária. São Paulo – SP, CEP.: 05508-010
E-mail: paulo.junior@usp.br

1. Introdução

Durante as décadas de 1960 e 1970, um grande número de pesquisas experimentais em contabilidade financeira foi publicado nos principais periódicos internacionais (Libby, Bloomfield, & Nelson, 2002), atraindo, porém, uma série de críticas da comunidade acadêmica. Para Gonedes e Dopuch (1974), por exemplo, tais estudos careciam de suporte teórico, apresentavam resultados irrelevantes para mercados eficientes e consideravam exclusivamente as informações contábeis, ignorando o papel de fontes de informação alternativas nos mercados financeiros. Já para Swieringa e Weick (1982), tais estudos eram focados apenas em aspectos cognitivos, negligenciando sentimentos e atitudes; havia baixa variabilidade de tarefas, as quais eram apenas reativas, não havendo complexidade nem ambiguidade nos ambientes experimentais; apenas o papel das informações contábeis como facilitadoras das decisões era analisado, mas não sua influência sobre tais decisões após elas terem sido tomadas; a maioria dos experimentos empregados tomavam os indivíduos como unidade de análise, sem levar em conta processos de interação coletiva; e havia ocorrido um estreitamento de foco ao longo do período analisado pelos autores, por meio de uma maior confiança em modelos teóricos e um maior controle sobre os estímulos experimentais, em detrimento da abrangência do escopo dos estudos.

Em virtude de tais críticas, a partir do final dos anos 1970, os estudos experimentais em contabilidade passaram a se concentrar principalmente em trabalhos sobre o julgamento dos auditores e, em menor escala, na contabilidade gerencial (Kachelmeier & King, 2002). Contudo, a partir de meados dos anos 1990, houve um re florescimento das pesquisas experimentais em contabilidade financeira, em função de mudanças na visão prevalente sobre a eficiência dos mercados, da disponibilidade de novos modelos teóricos oriundos da psicologia, das finanças e da economia e de uma consideração mais ampla dos elementos institucionais e contextuais que afetam o processamento de informações contábeis (Libby *et al.*, 2002).

Como contribuições dos métodos experimentais para as pesquisas contábeis, Swieringa e Weick (1982) sustentam que experimentos podem ser instrutivos, auxiliando os pesquisadores a aprenderem, por meio de observação sistematizada, como os indivíduos se comportam sob as condições experimentais; Kachelmeier e King (2002) ressaltam a possibilidade de empregar experimentos para análises *ex ante* de políticas contábeis, uma vez que permitem simular cenários ainda não observáveis na prática; e Libby *et al.* (2002) argumentam que os experimentos permitem desagregar os efeitos de variáveis que atuam concomitantemente em ambientes naturais.

Mas apesar dessa longa tradição na literatura internacional, os desenhos experimentais têm uma história mais recente na pesquisa contábil brasileira, tendo começado a se popularizar apenas na última década. Assim, também reproduzindo iniciativa já tradicional no exterior, mas ainda pouco presente no cenário nacional, apresento neste artigo uma análise de 17 pesquisas contábeis experimentais publicadas, entre 2006 e 2015, em periódicos brasileiros.

Mesmo na literatura contábil internacional, porém, as críticas aos experimentos costumam partir das mesmas premissas epistemológicas dos estudos sob revisão, limitando-se a analisar questões metodológicas. Neste artigo, procuro inovar neste aspecto por não me ater apenas à metodologia, adotando noções construcionistas de pesquisa social para criticar algumas premissas positivistas dos 17 estudos sob análise. A própria evolução histórica dos experimentos na literatura contábil internacional demonstra o papel transformativo que as críticas podem exercer. Segundo Reiter e Willians (2002), debates interparadigmáticos que discutam a validade das premissas adotadas pelas diferentes escolas contribuem para o progresso de uma disciplina, definido pelo seu grau de inovação e de relevância para a comunidade prática.

Na sequência do texto discuto, na seção 2, as características metodológicas dos experimentos e as principais ameaças de validade que enfrentam, analisando como os 17 artigos selecionados lidam com tais ameaças. Na seção 3, comparo a perspectiva teórica positivista, comum aos desenhos experimentais, com concepções construcionistas das ciências sociais e formulo uma crítica aos 17 artigos analisados inspirada nessas concepções. Finalmente, na seção 4, sumário minhas críticas e aponto como elas podem contribuir para a comunidade acadêmica nacional.

2. Aspectos Metodológicos das Pesquisas Experimentais

Desenhos experimentais têm o objetivo de permitir que o pesquisador “controle” todas as variáveis que possam afetar um fenômeno, manipulando as que forem de seu interesse, permitindo-lhe alegar que as variações medidas nesse fenômeno decorrem apenas das variáveis manipuladas, ou seja, dos tratamentos experimentais. De acordo com Smith (2003), isso torna os experimentos “particularmente adequados para questões que investigam relações causais entre variáveis” (p. 100, tradução nossa).

Os desenhos experimentais variam conforme as combinações de algumas etapas: a **atribuição aleatória** dos sujeitos às condições experimentais; a aplicação de um **pré-teste** para medir a variável dependente antes do tratamento experimental; o **tratamento experimental** propriamente dito, ou seja, a manipulação de uma ou mais variáveis pelo pesquisador; e o **pós-teste**, isto é, a mensuração do fenômeno de interesse após a aplicação do tratamento experimental. A Tabela 1 descreve alguns desenhos experimentais de uma variável comumente utilizados.

Quando o pesquisador tem interesse em analisar os efeitos de dois ou mais tratamentos experimentais, desenhos fatoriais podem ser aplicados, como, por exemplo, um desenho 2 X 2, que implicaria quatro condições experimentais: X_1 , X_2 , X_1X_2 e a condição de não tratamento (grupo de controle).

Tabela 1

Desenhos experimentais de uma variável

Desenhos de um só grupo	Desenhos de grupo de controle com atribuição aleatória
Estudo de caso de uma rodada X O	Desenho pré-teste/pós-teste com grupo de controle R O X O R O X O
Desenho pré-teste/pós-teste com um grupo O X O	Desenho pós-teste com grupo de controle R O X O R O X O
Desenho de série temporal ... O O O X O O O ...	Desenho de quatro grupos de Solomon R O X O R O X O R O X O R O X O

Nota. R = Atribuição aleatória; X = Tratamento experimental; O = Observações, tanto pré-teste quanto pós-teste, da variável dependente. Fonte: adaptado de Gall, Borg e Gall (1996, p. 385).

Smith (2003) identifica três tipos de ameaça à validade dos experimentos: a **validade de construto**, relativa à extensão com que conceitos abstratos são traduzidos em medidas confiáveis; a **validade interna**, que indica o quão bem o desenho experimental elimina os efeitos, sobre a variável dependente, de efeitos outros que não os dos tratamentos experimentais; e a **validade externa**, ou a extensão na qual os achados de um experimento são aplicáveis a indivíduos e ambientes além daqueles que foram estudados. A Tabela 2 apresenta uma lista de ameaças à validade interna; e a Tabela 3, à validade externa dos experimentos.

Tabela 2

Ameaças à validade interna dos experimentos

Ameaça		Descrição
(a)	Maturação	Mudanças nos sujeitos podem ser devidas à passagem de tempo.
(b)	História	Mudanças ambientais também podem decorrer da passagem de tempo e afetar os sujeitos.
(c)	Teste	Testes prévios podem, por si só, afetar os resultados de testes posteriores.
(d)	Mortalidade dos sujeitos	Sujeitos podem abandonar um experimento antes de que ele acabe.
(e)	Instrumentação	Mensurações do mesmo fenômeno podem ser diferentes devido a diferenças na aplicação dos instrumentos de medida.
(f)	Seleção	Os grupos de tratamento e controle podem ter características diferentes.
(g)	Regressão estatística	Tendência estatística de que resultados individuais sucessivos retornem à média.
(h)	Imitação de tratamentos	Se os sujeitos puderem se comunicar entre si, suas respostas podem não ser independentes.
(i)	Ressentimento	Resultados podem variar dependendo dos diferentes níveis de motivação criados pelos diferentes tratamentos experimentais.

Fonte: adaptado de Smith (2003, pp. 109-111).

Tabela 3

Ameaças à validade externa dos experimentos

Ameaça		Descrição
(A)	Validade populacional	As amostras da pesquisa podem não ser representativas de uma população maior.
(B)	Validade ecológica	Os achados da pesquisa podem não ser generalizáveis a partir do contexto experimental para condições ambientais distintas.
(C)	Validade temporal	Os achados da pesquisa podem não ser generalizáveis por meio do tempo.

Fonte: adaptado de Smith (2003, pp. 111-112).

2.1 Crítica metodológica de pesquisas contábeis experimentais publicadas no Brasil

A Tabela 4 apresenta minha análise das ameaças à validade de 17 artigos que empregaram desenhos experimentais em pesquisas contábeis publicadas no Brasil. Identifiquei esses artigos por meio de busca pelos termos **experimento** ou **experimental** nos títulos, resumos ou palavras-chaves de artigos publicados em periódicos brasileiros da área de contabilidade, efetuada em 14/1/2016, no repositório *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL). Após ler os resumos de todos os artigos identificados nessa busca, excluí aqueles que abordavam temas de *Marketing*, *Finanças* e *Educação*.

Tabela 4

Análise de pesquisas contábeis experimentais publicadas no Brasil

Artigo	Construto	Validade interna ^a									Validade externa ^b		
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(A)	(B)	(C)
Beuren, Beck e Popik (2015)	☒	N/A	N/A	☒	N/A	N/A	✓	x	⊗	x	☒	☒	x
Santos (2015)	x	N/A	N/A	☑	x	x	✓	x	⊗	N/A	⊖	x	x
Carvalho, Silva, Mendes e Silva (2013)	x	N/A	N/A	N/A	N/A	x	x	N/A	⊗	N/A	x	x	x
Cesar, Boggio, Fregni e Campanhã (2012)	☑	✓	N/A	✓	x	✓	N/A	x	⊗	N/A	x	x	x
Dantas, Dantas e Silva (2012)	x	N/A	N/A	N/A	N/A	☒	✓	N/A	⊗	N/A	x	x	x
Lima, Rodrigues, Silva e Silva (2012)	x	N/A	N/A	x	N/A	✓	N/A	x	⊗	N/A	x	x	x
Lima Filho, Bruni e Sampaio (2012)	x	N/A	N/A	x	N/A	x	N/A	N/A	⊗	N/A	⊖	x	x
Marcelino e Bruni (2012)	✓	N/A	N/A	x	x	☒	☒	N/A	⊗	N/A	⊖	x	x
Borges, Vieira e Silva (2011)	x	N/A	N/A	☒	N/A	x	x	N/A	⊗	N/A	☒	x	x
Cardoso, Mendonça, Oyadomari e Correio (2010)	x	N/A	N/A	x	N/A	x	N/A	N/A	⊗	N/A	x	x	x
Silva, Gonçalves, Tavares e Lima (2010)	x	N/A	☒	x	N/A	☒	x	N/A	☒	N/A	⊖	☒	x
Alves e Borba (2009)	x	N/A	N/A	x	N/A	☒	✓	N/A	✓	N/A	⊖	☒	☒
Cardoso e Aquino (2009)	x	N/A	N/A	x	N/A	x	✓	N/A	⊗	N/A	⊖	x	x
Carvalho Junior, Rocha e Bruni (2009)	✓	N/A	N/A	x	N/A	N/A	✓	N/A	⊗	N/A	x	x	x
Mendonça Neto, Cardoso, Oyadomari e Silva (2009)	☒	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	✓	N/A	⊗	N/A	☒	☒	x
Cardoso, Riccio e Lopes (2008)	☒	N/A	N/A	x	N/A	N/A	✓	N/A	⊗	N/A	☒	x	x
Murcia e Borba (2006)	x	N/A	N/A	x	N/A	x	N/A	N/A	⊗	N/A	☒	x	x

Nota. ✓ = Mitigado; ☑ = Parcialmente mitigado; x = Não mitigado; ☒ = Admitido; ⊗ = Improvável; ⊖ = Justificado por referências; N/A = Não se aplica.

^a Conforme a Tabela 2; ^b Conforme a Tabela 3.

Fonte: elaborada pelo autor.

Apesar de lidarem com conceitos abstratos, como tomada de decisão; descomprometimento ético; congruência de informações; nível de evidenciação; heurísticas; incentivos; escolhas contábeis; e vaguidão semântica e epistêmica, a maioria desses artigos sequer reconhece que os construtos aplicados para “medir” essas variáveis possam ser problemáticos. Exceções notáveis são de Marcelino e Bruni (2012) e Carvalho Junior, Rocha e Bruni (2009), porém, suas alegações de validade se baseiam mais em evidências estatísticas do que em argumentos convincentes sobre a viabilidade de se mensurar justiça de preço, nível de conhecimento ou desempenho acadêmico.

Alves e Borba (2009) são os únicos a expressar, explicitamente, que solicitaram aos participantes de sua pesquisa a não se comunicarem uns com os outros, mas não parece provável que os demais pesquisadores não o tenham feito também. Exceto por essa possibilidade, dentre os 17 artigos que analisei, apenas o de Mendonça Neto, Cardoso, Oyadomari e Silva (2009) não está sujeito a nenhuma ameaça de validade interna. É importante destacar que, quando os autores admitem uma potencial ameaça, ainda que reportá-la seja uma boa prática de pesquisa, isto não elimina os seus efeitos.

Em termos de validade externa, alguns autores citam pesquisas conduzidas em contextos anglo-saxões (Elliott, Hodge, Kennedy, & Pronk, 2007; Libby *et al.*, 2002; Liyanarachchi & Milne, 2005) como evidência de que estudantes são bons substitutos para profissionais, sem discutir se o contexto brasileiro é comparável ao investigado nessas pesquisas; alguns alegam que uma característica distintiva de seus trabalhos é o teste de uma teoria psicológica em um “ambiente contábil”, sem discutir se a resolução de um exercício em sala de aula é comparável ao processo de tomada de decisões em um contexto organizacional; e nenhum dos autores, exceto Alves e Borba (2009), reconhecem que seus achados podem ser específicos a determinado período.

Em conjunto, as contribuições de todas as pesquisas contábeis experimentais analisadas neste artigo, relacionadas ao avanço do conhecimento, podem ser questionadas sob as próprias premissas metodológicas características desta abordagem. Embora as condições de viabilidade sejam específicas a cada caso, parece-me razoável argumentar que os desenhos experimentais, dada sua própria lógica, representam um grande desafio a pesquisadores da área contábil. No entanto, a meu ver tais dificuldades metodológicas não são sequer a principal desvantagem dos desenhos experimentais, já que as premissas filosóficas sobre as quais se assentam são bastante problemáticas quando se estudam fenômenos sociais como a contabilidade.

3. Premissas Epistemológicas nas Ciências Sociais

Desenhos de pesquisa experimentais foram inicialmente desenvolvidos nas ciências naturais. Para Gall, Borg e Gall (1996), “o sucesso dos experimentos neste campo se deve ao fato de que a matéria física é bastante adaptável a estudo e controle em um laboratório” (pp. 367-368, tradução nossa). Os autores reconhecem, contudo, que “é duvidável se um controle experimental rigoroso pode ser alcançado nas ciências comportamentais e sociais” (p. 368, tradução nossa).

Importados para as humanidades e ciências sociais, como a Contabilidade, os desenhos experimentais trazem com eles uma série de premissas subjacentes, características da perspectiva teórica positivista: uma ontologia realista que afirma a existência de um mundo “real” de objetos, e uma epistemologia que alega que tais objetos não apenas existem por si mesmos, mas também “têm significados precedentes a, e independente de, qualquer consciência que se tenha deles” (Crotty, 1998, p. 27, tradução nossa).

O positivismo se baseia no empiricismo para demarcar uma distinção entre conhecimento objetivo, assim entendido aquele que é empiricamente verificável; e o conhecimento subjetivo produzido na mente humana. Sobre esta distinção, também repousam os fundamentos da oposição entre fatos e valores e o objetivo de uma ciência neutra em relação aos últimos, que “cientistas de mentalidade positivista tendem a sustentar com um significativo grau de fervor” (Crotty, 1998, p. 27, tradução nossa).

A pesquisa contábil *mainstream*, imbuída no paradigma positivista, assume algumas de suas premissas, como o modelo hipotético-dedutivo de explicação científica, a existência de uma realidade empírica externa ao sujeito, e uma caracterização dos seres humanos como objetos passivos, em vez de construtores da realidade social (Chua, 1986). Porém, o positivismo tem atraído uma série de críticas nas ciências sociais por conta de sua premissa de uma realidade independente aos relatos que dela se façam e sua consequente negação de um papel para a ação social na criação e manutenção dos fatos sociais. Por exemplo, Tinker, Merino e Neimark (1982) questionam:

Em que sentido podemos tocar um equilíbrio, ver um ponto ótimo de consumo ou cheirar um montante de lucro e verificar seu caráter e existência da mesma maneira que podemos fazer com um elemento ou um cristal de enxofre? Personalidades, preços de mercado, ideologias pluralistas, estruturas de papéis, custos, caminhos de crescimento, cultura, dissonância, motivação e liderança são itens que podemos demonstrar, inequivocamente, existirem “lá fora”, ou são imputações, artifícios e projeções que se originam de dentro de nós mesmos e de nossas relações sociais? (p. 169, tradução nossa).

Embora a visão adotada pelo positivismo de que o conhecimento tenha bases certas e seguras remonte à filosofia grega antiga e seja o fundamento epistemológico da ciência ocidental, nas ciências sociais ela tem recebido pesados ataques (Crotty, 1998). Glynos e Howarth (2007), por exemplo, salientam uma diferença ontológica fundamental entre as ciências naturais e as sociais: o fato de que os seres humanos são animais produtores de significados e autointerpretativos, o que leva a uma imprevisibilidade dos fenômenos sociais. Assim, eles criticam o modelo hipotético-dedutivo de explicação prevalente nas ciências sociais, que tenta emular as ciências naturais na busca por leis gerais que permitam, dado um conjunto de premissas, fazer-se deduções.

Uma importante fonte de críticas ao positivismo nas ciências sociais advém de uma perspectiva epistemológica construcionista. De acordo com Crotty (1998), o construcionismo

É a visão de que todo conhecimento, e portanto toda realidade inteligível, como tal, é contingente às práticas humanas, sendo construída na e a partir da interação entre seres humanos e seu mundo, e desenvolvida e transmitida em um contexto essencialmente social. (p. 42, tradução nossa).

O construcionismo não nega uma existência ontológica aos objetos, porém sustenta que os significados são construídos, em vez de descobertos, a partir da interação entre sujeitos e objetos, entre os seres humanos e seu mundo. Portanto, ele não é nem objetivista nem subjetivista; ou talvez melhor, é ambos, pois, embora se negue aos objetos uma essência intrínseca, eles participam na construção de significado ao limitar os possíveis significados atribuíveis a eles (Crotty, 1998).

Muitos construcionistas também enfatizam o caráter social da atribuição de significados, argumentando que “enquanto sejamos individualmente engajados nos atos de produção de sentidos, estes atos são significativamente mediados pelos esquemas cognitivos e linguagem que obtemos de nossas sociedades” (Prasad, 2005, p. 14). Jørgensen e Phillips (2002) listam algumas premissas-chave do construcionismo: uma abordagem crítica ao senso comum; um enfoque nas especificidades históricas e culturais; uma ligação entre conhecimento e processos sociais; e uma ligação entre conhecimento e ação social.

O construcionismo destaca a natureza contingente do conhecimento, enfatizando sua localização no tempo e no espaço, rejeitando a reificação da realidade social, descrita por Berger e Luckmann (1967) como

A apreensão de fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou, possivelmente, supra-humanos. Outra maneira de dizer isso é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem outra coisa que não produtos humanos – tais como fatos da natureza, resultados de leis cósmicas, ou manifestações de vontade divina. (p. 106, tradução nossa).

Sob um ponto de vista construcionista, as premissas sobre as quais os desenhos de pesquisa experimental repousam são bastante problemáticas, sendo questionável a própria ideia de se conduzirem experimentos em ciências sociais, como a Contabilidade.

3.1 Crítica epistemológica de pesquisas contábeis experimentais publicadas no Brasil

Nesta seção, tomo os artigos listados na Tabela 4 para exemplificar alguns dos problemas epistemológicos, sob um ponto de vista construcionista, de se conduzir experimentos em Contabilidade. Minha crítica se baseia em quatro fundamentos: as abordagens behavioristas empregadas nesses artigos; suas noções reificadas de subjetividade; sua desconsideração às especificidades culturais e históricas; e sua submissão a uma lógica de controle dos seres humanos, em vez de uma lógica emancipatória.

3.1.1 Abordagem behaviorista

Enquanto construcionistas frequentemente enfatizam o caráter social dos fenômenos sociais, a maioria dos desenhos experimentais de pesquisa se baseiam em uma tradição behaviorista que virtualmente ignora este aspecto, colocando-o sob rótulos genéricos como “contexto”, “ambiente”, e focando-se, em vez disso, em comportamentos individuais. Além disso, os processos mentais associados à cognição humana também são pouco considerados, já que a maioria dos experimentos se limitam à observação de comportamentos individuais sob condições experimentais. Os participantes das pesquisas são tratados como caixas-pretas que reagem a estímulos externos, e, quando seus comportamentos não se coadunam com as hipóteses dos pesquisadores, estes apresentam interpretações altamente especulativas.

Assim, ao relatarem que os participantes de seu experimento não demonstraram aversão ao risco sob situações de ganho, Cardoso *et al.* (2008) afirmam que isto “pode estar relacionado com os valores envolvidos, ou até mesmo com alguma outra variável cultural que não esteja sendo estudada nessa pesquisa e que possa ser particular dos brasileiros”. Alves e Borba (2009) comentam que, se eles tivessem entrevistado os sujeitos de seus experimentos, isso poderia ter ajudado a esclarecer por que alguns deles apontaram para as informações contábeis ambientais como relevantes na sua tomada de decisão mesmo em um cenário de baixa evidência. Porém, como suas hipóteses não prediziam essa possibilidade, os autores não incluíram esse procedimento em seu desenho de pesquisa. Mendonça Neto *et al.* (2009) justificam que, por não estar sob o escopo de sua investigação, não houve explicação quanto ao fato de as mulheres sem experiência profissional não se sujeitarem ao efeito *framing* em um processo de decisão baseado em informações contábeis. Já Dantas, Dantas e Silva (2012) cogitam duas hipóteses sobre o fato de as mulheres de sua amostra se mostrarem indiferentes a estímulos morais, enquanto Marcelino e Bruni (2012) consideram três diferentes possibilidades de explicação para o fato de que o viés de cognição numérico foi encontrado em apenas um dos quatro problemas propostos.

A respeito disso, o caso mais curioso é o de Cesar, Boggio, Fregni e Campanhã (2012). Eles desenvolveram um jogo de decisão no qual os participantes tinham de escolher metas de investimento baseadas em informações contábeis apresentadas em forma gráfica, com uma regra implícita para respostas corretas, e aplicaram esse jogo a sujeitos conectados a um eletroencefalograma. Contudo, os *insights* mais interessantes de sua pesquisa vêm de uma questão que eles fizeram a todos os participantes após o final do jogo, sobre o que eles haviam levado em consideração para escolherem suas metas. Para isso, entretanto, foi necessário que os autores se afastassem de dogmas estreitos do behaviorismo, não se limitando apenas a observar os sujeitos, mas também levando em conta como os próprios sujeitos interpretavam seus comportamentos.

3.1.2 Noção reificada de subjetividade

Dada a inspiração behaviorista dos artigos analisados, cujos desenhos de pesquisa, exceto por Alves e Borba (2009) e Cesar *et al.* (2012), não levam em consideração a avaliação dos próprios participantes sobre os processos mentais que empregaram, muitos autores recorrem a teorias econômicas ou psicológicas sobre o processo de tomada de decisão humano para interpretar seus achados de pesquisa. A teoria dos Prospectos desenvolvida por Kahneman e Tversky (1979), por exemplo, é referenciada por 11 dos 17 artigos sob análise, estando entre as principais fundamentações teóricas de Cardoso *et al.* (2008), Carvalho Junior *et al.* (2009), Lima Filho *et al.* (2012), e Carvalho *et al.* (2013).

Essas teorias, contudo, baseiam-se no que Jørgensen e Phillips (2002) chamam de “o entendimento ocidental padrão do sujeito como uma entidade autônoma e soberana” (p. 15, tradução nossa). Pesquisas experimentais que adotam esses tipos de teorias procuram descrever uma espécie de “natureza humana” transcendental, situada em um vácuo de cultura e história e, uma vez mais, ignorando o caráter social da experiência humana.

Santos (2015) afirma que “o empregado em iminência de deixar o cargo que ocupa não tem incentivos para se engajar em ações que estejam alinhadas aos interesses de longo prazo da empresa” (p. 197); Lima *et al.* (2012) alegam que “se os investidores são incapazes de identificar de forma precisa o desempenho futuro das empresas, eles tendem a utilizar um preço médio para todas as entidades” (p. 160); baseados na sua revisão de literatura, Marcelino e Bruni (2012) declaram que “há uma distinção entre os componentes do processamento dos números arábicos e os componentes do processamento numérico verbal” (p. 99); de acordo com Cardoso *et al.* (2010), seus resultados sugerem que “quando os aspectos econômicos são enfatizados, as pessoas costumam raciocinar com valores reais, mas quando são enfatizados os aspectos relacionados com o bem-estar, os valores nominais prevalecem” (p. 58); Carvalho Junior *et al.* (2009) afirmam que “o ser humano toma as suas decisões baseados em um número muito restrito de informações disponíveis, o que não o permite ser totalmente racional neste processo, sobretudo em ambiente empresarial” (p. 20); Mendonça Neto *et al.* (2009), baseados em sua revisão de literatura, declaram que “as pessoas tendem a decidir com base em informações simplificadas e sumarizadas” (p. 117); para Murcia e Borba (2006), “o sentimento de haver investido tempo e dinheiro em vão não agrada administradores, contadores, economistas e tomadores de decisão em geral” (p. 227).

A universalidade dessas alegações sobre propriedades “naturais” dos seres humanos contrasta com abordagens construcionistas, filiadas à premissa de que o mundo social é modelado pela linguagem, entendida como uma forma dinâmica de prática social, o que “enseja a visão dos processos e categorias mentais como constituídos por meio de atividades sociais e discursivas, ao invés de ‘internas’” (Jørgensen & Phillips, 2002, p. 96, tradução nossa). A aderência a uma noção reificada de subjetividade, contudo, inibe tais pesquisadores de darem a devida atenção à cultura e à história.

3.1.3 Desconsideração das especificidades culturais e históricas

A concepção da subjetividade como um fenômeno natural, constante e universal nos artigos analisados coaduna-se com o caráter reducionista dos desenhos experimentais, que excluem, *a priori*, diversos elementos históricos e culturais como fontes de explicação para os fenômenos analisados. Assim, apenas informações genéricas sobre os contextos dos participantes são fornecidas: os artigos usualmente informam que os experimentos foram conduzidos com “estudantes de pós-graduação em Salvador” (Marcelino & Bruni, 2012), ou “estudantes de graduação de uma universidade federal” (Murcia & Borba, 2006), sem discutir, por exemplo, a abordagem curricular de cada instituição (Toohey, 1999); as histórias de vida dos participantes são traduzidas em “variáveis” como idade, curso, anos de estudo e de experiência de trabalho, como se elas representassem vivências homogêneas; o gênero é reportado em 9 artigos, e levado em conta durante a análise dos resultados de 5 dos 17 artigos, mas é tratado apenas como uma variável biológica e, não, como um conceito (Young, 2015);

Beuren *et al.* (2015) manifestam expressamente seu desejo de “simplificar” o processo orçamentário. Ao incluírem em sua amostra profissionais de uma única organização, as autoras não buscam uma maior imersão no contexto de atuação dos participantes, mas sim a garantia de que “os elementos culturais, em certo nível, serão mantidos” (p. 13). Além disso, sugerem que “características específicas dos participantes da pesquisa, dada a cultura organizacional da qual fazem parte” (p. 24) sejam abordadas em outros estudos.

Dessa maneira, fatores contextuais dificilmente são articulados na análise de resultados: características específicas do **contexto** brasileiro são levadas em consideração apenas por Alves e Borba (2009), Cardoso *et al.* (2010) e Carvalho *et al.* (2013). De resto, os resultados das pesquisas são analisados e, por vezes, comparados aos de publicações estrangeiras, como se a história e a cultura locais fossem irrelevantes para compreendê-los.

Essa falta de inserção contextual é agravada por uma compreensão simplista sobre o papel da contabilidade, definido como prover informação útil para a tomada de decisões econômicas, ou alguma variação em torno disso, na maioria dos artigos. Young (2006) descreve o desenvolvimento histórico dessa premissa nos Estados Unidos, hoje incorporada ao senso comum da área; Burchell, Clubb, Hopwood, Hughes

e Nahapiet (1980) descrevem “os papéis que a contabilidade serve como sendo imbricados aos contextos em que ela opera”, e apontam para “a diversidade de funções que podem ser associadas com mesmo uma única contabilização” (p. 22, tradução nossa); Carruthers e Espeland (1991) argumentam que a contabilidade tem dimensões tanto técnicas quanto retóricas, e que as últimas implicam um entendimento da contabilidade como uma tentativa de legitimar os empreendimentos comerciais perante uma audiência; e Hines (1988, 1991) argumenta que a contabilidade desempenha um papel importante na construção da realidade social, alegando que a visão da contabilidade como uma mera representação de uma realidade econômica independente se baseia em processos de raciocínio mundanos.

A adoção desta conceituação problemática da contabilidade, que contribui para obscurecer sua natureza partidária nos conflitos sociais, em conjunto à falta de atenção a condições contextuais, permite que a maioria dos autores se alinhem implicitamente a um projeto conservador de intensificação do controle gerencial.

3.1.4 Controle ao invés de emancipação

Controle é um tema pervasivo quando se trata de desenhos de pesquisa experimentais - o propósito dos experimentos é justamente o de permitir que os pesquisadores controlem, manipulem e mensurem eventos. Por exemplo, Cesar *et al.* (2012) relatam que os procedimentos para o uso de um eletroencefalograma requerem a submissão dos sujeitos a baixa complexidade dos estímulos, apresentação destes em uma distância visual específica, garantia de que a visualização dos estímulos e a resposta subsequente não exijam movimentos além do toque de um teclado (o sujeito não pode mover a cabeça, por exemplo), controle de ruídos no ambiente de coleta de dados, entre outros (p. 34).

Esta descrição, exemplar do quão rigoroso o controle experimental pode ser, não é, entretanto, a única forma de controle almejada pelos autores desses 17 artigos, e nem sequer a mais problemática, dado o requisito ético elementar de consentimento informado. Mas imbuídos do projeto iluminista de controle sobre a natureza (Horkheimer & Adorno, 2007), eles também procuram desenvolver meios de prever o comportamento humano para torná-lo controlável.

Por exemplo, Cesar *et al.* (2012) alegam que a aplicabilidade de seus resultados abrange “desde o desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão, até a discussão sobre sistemas de remuneração baseados em metas, relacionados ao condicionamento entre alcance de metas e resultados pessoais” (p. 49); de acordo com Lima *et al.* (2012), a principal contribuição de seu estudo é de que, “se comprovada a associação entre nível de divulgação e preço das ações, a divulgação detalhada de informações pode se configurar como diferencial competitivo entre as empresas, reduzindo os efeitos da seleção adversa e agregando mais valor para as entidades” (p. 162); para Lima Filho *et al.* (2012), identificar como a idade e outras variáveis influenciam a tomada de decisões “é fundamental para verificação do perfil mais desejado ou mais adequado de acordo com as atividades que serão realizadas por cada gestor” (p. 113); Marcelino e Bruni (2012) pretendem contribuir para melhorar o processo de tomada de decisões, já que “os vieses presentes na tomada de decisões gerenciais podem potencializar o risco da ocorrência de decisões mal tomadas” (p. 89); Santos (2015), ao discutir a situação dos gestores cuja percepção de permanência no emprego é inferior ao horizonte de investimento ótimo da empresa, alega que essa situação “pode induzir o comportamento míope desses agentes e comprometer a capacidade de a empresa criar valor ao longo do tempo” (p. 196); Beuren *et al.* (2015), ao investigarem o fenômeno da folga orçamentária, definem o nível de tais folgas como “veracidade” dos relatórios orçamentários, e a não criação delas pelos gestores como “honestidade”: “verdadeiros” são os interesses da organização e possíveis formas de resistência ao controle gerencial são “desonestas”.

Alinhados a uma perspectiva unitária em que “a lógica organizacional da empresa é vista como apontando para uma estrutura unificada de autoridade e lealdade, com as prerrogativas gerenciais sendo legitimadas por *todos* os membros da organização” (Fox, 1973, p. 186, citado por Amernic, 1988, p. 147, tradução nossa), essa abordagem gerencialista contrasta marcadamente com as pesquisas contábeis

críticas que, adotando uma epistemologia construcionista, “são comprometidas com a emancipação dos humanos das restrições impostas por outros humanos” (Lukka, 1990, p. 243, tradução nossa) cujos objetivos são usualmente articulados em termos de promoção da justiça social em vez da eficiência gerencial.

Assim, as pretensões de objetividade e independência do discurso científico, ensejadas pela perspectiva positivista subjacente aos desenhos experimentais, permitem dissimular um comprometimento axiológico com a manutenção e reprodução do papel altamente partidário que a contabilidade desempenha nos conflitos sociais (Tinker *et al.*, 1982). Uma exceção intrigante, porém, é o caso de Murcia e Borba (2006), cujo apelo às universidades para que melhor preparem seus estudantes para o mercado de trabalho, é inspirado pelas ideias de Paulo Freire, um autor renomado, por sua abordagem emancipatória à educação.

4. Comentários finais

Na primeira parte deste artigo, analisei, de acordo com sua própria lógica, os desenhos experimentais empregados em 17 artigos publicados em periódicos brasileiros de contabilidade. Em geral, esta análise revelou uma falta de evidências sobre a validade dos construtos empregados para medir conceitos abstratos, uma dificuldade de se desenharem experimentos internamente válidos e uma incapacidade de se expressar confiança na aplicabilidade dos resultados das pesquisas a ambientes organizacionais, senão em termos de fé. Independentemente da metodologia utilizada, conduzir pesquisas de qualidade não é uma tarefa simples. Portanto, o objetivo desta parte do artigo é alertar futuros pesquisadores para os desafios que os desenhos experimentais impõem e conclamá-los a considerarem esses aspectos de maneira mais robusta.

Mas, em um segundo momento, eu também discuti os fundamentos epistemológicos das pesquisas experimentais. Argumentei que os desenhos experimentais empregados nesses 17 artigos adotam uma perspectiva teórica positivista, que subestima os aspectos sociais da experiência humana. Assim, eles se caracterizam por uma abordagem behaviorista, por uma noção reificada de subjetividade, por uma desconsideração às especificidades culturais e históricas, e por um comprometimento com a submissão, em vez da emancipação das pessoas em relação ao controle gerencial.

Uma boa contestação a esta segunda parte de meu argumento seria de que estou criticando os artigos analisados por não serem algo que eles não pretendem ser. Entretanto, nenhum desses artigos articula de maneira clara o que pretende em termos epistemológicos, nem quais são os fundamentos sobre os quais se assenta. Isto é sintomático da aceitação das premissas positivistas entre sua audiência principal, que é a comunidade acadêmica da Contabilidade brasileira, mas acredito que uma consideração explícita desses aspectos também possa contribuir para incrementar a qualidade de futuras pesquisas, e que um debate interparadigmático, como o que proponho neste artigo, possa contribuir para aumentar a maturidade da comunidade.

Outro aspecto que não foi levado em consideração em minhas análises, por falta de evidências que permitissem um melhor embasamento às discussões, são as condições de produção de tais pesquisas. Mesmo assim, penso que a escassez de recursos para a condução de pesquisas acadêmicas na área contábil brasileira possa responder parcialmente pelas fragilidades apontadas, sobretudo as de ordem metodológica. Convém ainda destacar, uma vez mais, como Gall *et al.* (1996), que a condução de experimentos nas ciências comportamentais e sociais com o mesmo nível de rigor das ciências naturais é um ideal tido por muitos como impraticável.

Creio que ao longo do texto tenha ficado clara a minha postura altamente cética em relação ao emprego de desenhos experimentais nas pesquisas contábeis. Desta maneira, não me sinto à vontade para apresentar uma lista de recomendações para futuros experimentos, posto que eu próprio dificilmente empregaria tal metodologia. Em momento em que pesquisas experimentais começam a se popularizar, a principal contribuição que espero dar à comunidade acadêmica nacional por meio deste artigo é um apelo à reflexividade. Se futuros pesquisadores lerem os argumentos aqui expostos, julgarem a pertinência deles para suas pesquisas e buscarem formas de minimizar ou evitar os problemas que aponto, terei cumprido meus objetivos mais do que satisfatoriamente.

Ainda assim, entendo que a incorporação de concepções construcionistas demandaria um maior engajamento dos pesquisadores com os participantes de suas pesquisas, buscando compreender os contextos de onde provêm esses participantes e os processos mentais que eles utilizam. Neste sentido, Swieringa e Weick (1982) também sugerem uma maior interação entre pesquisadores e participantes como forma de aumentar a capacidade dos experimentos de fomentar o aprendizado sobre os eventos analisados, e Kachelmeier e King (2002) encorajam a criatividade no desenvolvimento de desenhos que integrem elementos de diferentes vertentes das pesquisas experimentais. Porém, isto iria de encontro às ambições de “independência” e “objetividade” comum aos desenhos experimentais, ou seja: para serem mais adequados a premissas construcionistas, talvez os experimentos precisem ser menos experimentais. Se metodologias experimentais implicam, necessariamente, premissas positivistas ou se podem ser empregadas sob outras premissas epistemológicas, é uma questão que deixo em aberto pela falta de qualquer exemplo nesse sentido entre os artigos que analisei.

Uma última consideração que gostaria de reforçar é sobre a própria compreensão sobre a contabilidade expressada nesses artigos. A reprodução acrítica de um discurso oriundo de normatizadores e reguladores, de que o único propósito da Contabilidade é “prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas”, não apenas subestima os papéis sociais e organizacionais da Contabilidade, como também inibe a inovação na pesquisa contábil. Se pretendemos incrementar a qualidade da pesquisa contábil brasileira, algo que almejo contribuir com este artigo, precisamos enxergar a Contabilidade de uma maneira mais elaborada, considerando muitos outros aspectos de sua operação.

5. Referências

- Alves, J. L., & Borba, J. A. (2009). A relevância da informação contábil ambiental para a tomada de decisão de investimento: um estudo experimental. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(2), pp. 44–57.
- Amernic, J. H. (1988). Accounting disclosure and industrial relations: a review article. *The British Accounting Review*, 20(2), pp. 141–157. doi: 10.1016/0890-8389(88)90037-6
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. London: Penguin.
- Beuren, I. M., Beck, F., & Popik, F. (2015). Interesses compartilhados afetam a veracidade dos orçamentos? *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), pp. 11–26. doi: 10.1590/1808-057x201512090
- Borges, E. F., Vieira, E. T., & Silva, C. A. T. (2011). Sinalização no contexto contábil: práticas de screening na contratação de serviços profissionais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 16(1), pp. 97–114.
- Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., Hughes, J., & Nahapiet, J. (1980). The roles of accounting in organizations and society. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), pp. 5–27. doi: 10.1016/0361-3682(80)90017-3
- Cardoso, R. L., & Aquino, A. C. B. (2009). Uma investigação via experimento sobre a vaguidade no lado esquerdo do balanço patrimonial. *BBR-Brazilian Business Review*, 6(2), pp. 209–230. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2009.6.2.5>
- Cardoso, R. L., Mendonça, O. R., Oyadomari, J. C., & Correio, A. C. A. (2010). A ilusão monetária e a informação contábil e financeira. *Revista Universo Contábil*, 6(2), pp. 47–60. doi: 10.4270/ruc.2010212
- Cardoso, R. L., Riccio, E., & Lopes, A. B. (2008). O processo decisório em um ambiente de informação contábil: um estudo usando a teoria dos prospectos. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 5(2), pp. 85–95. doi: 10.4013/base.20082.01

- Carruthers, B., & Espeland, W. (1991). Accounting for rationality: double-entry bookkeeping and the rhetoric of economic rationality. *American Journal of Sociology*, 97(1), pp. 31–69.
- Carvalho, V. G. De, Silva, J. J. da, Mendes, C. J. F., & Silva, J. D. G. da. (2013). A forma como o balanço patrimonial é apresentado altera a percepção do usuário externo quanto à interpretação do conteúdo informacional? Uma investigação no contexto brasileiro e cabo-verdiano. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 10(21), pp. 71–86. doi: 10.5007/2175-8069.2013v10n21p71 A
- Carvalho Junior, C. V. O., Rocha, J. S., & Bruni, A. L. (2009). O aprendizado formal de controladoria e a minimização do efeito framing: um estudo de decisões gerenciais envolvendo custos de oportunidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 3(3), pp. 18–38. doi: 10.17524/repec.v3i3.99
- Cesar, A. M. R. V. C., Boggio, P. S., Fregni, F., & Campanhã, C. (2012). Neuroaccounting: um estudo experimental sobre tomada de decisão em ambientes contábeis. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5(1), pp. 27–53. doi: 10.14392/ASAA/2012050102
- Chua, W. F. (1986). Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, 61(4), pp. 601–632. DOI: 10.1016/B978-008044725-4/50009-6
- Crotty, M. (1998). *The foundations of social research*. Sidney: Allen & Unwin.
- Dantas, J. A., Dantas, J. M. M., & Silva, C. A. T. (2012). O efeito de estímulos morais e éticos como resposta ao problema do risco moral: uma verificação experimental em grupos de estudantes de Ciências Contábeis. *Contextus*, 10(2), pp. 36–47.
- Elliott, W. B., Hodge, F. D., Kennedy, J. J., & Pronk, M. (2007). Are M.B.A. students a good proxy for nonprofessional investors? *The Accounting Review*, 82(1), pp. 139–168. doi: 10.2308/accr.2007.82.1.139
- Gall, M. D., Borg, W. R., & Gall, J. P. (1996). *Educational research: an introduction* (6th ed.). New York: Longman.
- Glynos, J., & Howarth, D. (2007). *Logics of critical explanation in social and political theory*. London: Routledge.
- Gonedes, N. J., & Dopuch, N. (1974). Capital Market Equilibrium, Information Production, and Selecting Accounting Techniques: Theoretical Framework and Review of Empirical Work. *Journal of Accounting Research*, 12(3), pp. 48–129. <http://doi.org/10.2307/2490499>
- Hines, R. D. (1988). Financial accounting: in communicating reality, we construct reality. *Accounting, Organizations and Society*, 13(3), pp. 251–261. doi: 10.1016/0361-3682(88)90003-7
- Hines, R. D. (1991). The FASB's conceptual framework, financial accounting and the maintenance of the social world. *Accounting, Organizations and Society*, 16(4), pp. 313–331. doi: 10.1016/0361-3682(91)90025-A
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (2007). *Dialectic of enlightenment: philosophical fragments*. Stanford University Press.
- Jørgensen, M. W., & Phillips, L. J. (2002). *Discourse analysis as theory and method*. London: Sage.
- Kachelmeier, S. J., & King, R. R. (2002). Using Laboratory Experiments to Evaluate Accounting Policy Issues. *Accounting Horizons*, 16(3), pp. 219–232. <http://doi.org/10.2308/acch.2002.16.3.219>
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), pp. 263–292. doi: 10.2307/1914185
- Libby, R., Bloomfield, R., & Nelson, M. W. (2002). Experimental research in financial accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 27(8), pp. 775–810. doi: 10.1016/S0361-3682(01)00011-3

- Lima, D. H. S., Rodrigues, J. M., Silva, C. A. T., & Silva, J. D. G. (2012). Impacto do nível de evidenciação de informações contábeis sobre a precificação de ações no contexto de seleção adversa: uma pesquisa experimental. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 14(43), pp. 159–175.
- Lima Filho, R. N., Bruni, A. L., & Sampaio, M. S. (2012). A influência do gênero, idade e formação na presença de heurísticas em decisões de orçamento: um estudo quase-experimental. *Revista Universo Contábil*, 8(2), pp. 103–117. doi: 10.4270/ruc.2012215
- Liyanarachchi, G. a., & Milne, M. J. (2005). Comparing the investment decisions of accounting practitioners and students: an empirical study on the adequacy of student surrogates. *Accounting Forum*, 29(2), pp. 121–135. doi: 10.1016/j.accfor.2004.05.001
- Lukka, K. (1990). Ontology and accounting: the concept of profit. *Critical Perspectives on Accounting*, 1(3), pp. 239–261. doi: 10.1016/1045-2354(90)03023-9
- Marcelino, C. V., & Bruni, A. L. (2012). Viés de cognição numérica e práticas orçamentárias: um estudo quase-experimental. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(3), pp. 88–106.
- Mendonça Neto, O. R., Cardoso, R. L., Oyadomari, J. C. T., & Silva, D. (2009). O processo decisório em ambientes contábeis: uma aplicação da teoria dos modelos mentais probabilísticos. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 20(4), pp. 109–130.
- Murcia, F. D.-R., & Borba, J. A. (2006). Um estudo empírico sobre os efeitos dos sunk costs no processo decisório dos indivíduos: evidências dos estudantes de graduação de uma universidade federal. *UnB Contábil*, 9(2), pp. 223–247.
- Prasad, P. (2005). *Crafting qualitative research: working in the postpositivist traditions*. Armonk, New York: M.E. Sharpe.
- Reiter, S. A., & Williams, P. F. (2002). The structure and progressivity of accounting research: the crisis in the academy revisited. *Accounting, Organizations and Society*, 27(6), pp. 575–607. [http://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00050-2](http://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00050-2)
- Santos, L. P. G. (2015). Comparando o uso de mensuração forward-looking e contemporânea de desempenho na formulação de contratos de incentivo quando existe o problema do horizonte: uma análise experimental. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), pp. 195–207. doi: 10.1590/1808-057x201501060
- Silva, C. A. T., Gonçalves, R. S., Tavares, A. L., & Lima, D. V. (2010). Influência do incentivo ao conservadorismo nas escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento de provisão de contingências passivas. *Revista Universo Contábil*, 6(4), pp. 06–20. doi: 10.4270/ruc.2010428
- Smith, M. (2003). *Research methods in accounting*. London: Sage.
- Swieringa, R. J., & Weick, K. E. (1982). An Assessment of Laboratory Experiments in Accounting. *Journal of Accounting Research*, 20(Supplement), 56. <http://doi.org/10.2307/2674675>
- Tinker, A. M., Merino, B. D., & Neimark, M. D. (1982). The normative origins of positive theories: ideology and accounting thought. *Accounting, Organizations and Society*, 7(2), pp. 167–200. doi: 10.1016/0361-3682(82)90019-8
- Toohy, S. (1999). Beliefs, values and ideologies in course design. In *Designing Courses for Higher Education* (pp. 44–69). Philadelphia: Open University Press.
- Young, J. J. (2006). Making up users. *Accounting, Organizations and Society*, 31(6), pp. 579–600. doi: 10.1016/j.aos.2005.12.005
- Young, J. J. (2015). (En)gendering sustainability. *Critical Perspectives on Accounting*, 26, pp. 67–75. doi: 10.1016/j.cpa.2013.06.002